

MERCANTILIZAÇÃO E USO SOCIAL DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE ANÁLISE DA ATIVIDADE DOS “GUARDADORES DE VEÍCULOS” NA ÁREA CENTRAL DE CURITIBA – PARANÁ

Professor Dr. Francisco de Assis Mendonça¹.
Marcelo Smaniotto².

INTRODUÇÃO

A produção e reprodução do espaço urbano nos países não desenvolvidos, ou com desenvolvimento complexo como é o caso do Brasil, é marcada por relações sociais e econômicas bastante conflituosas. A organização do espaço geográfico no âmbito destas cidades revela inúmeras contradições e injustiça social; a população de baixa renda, os espaços por ela ocupados e atividades desempenhadas revelam, de maneira bastante clara, a segregação sócio-espacial promovida segundo o modo de produção capitalista. As cidades brasileiras materializam, de maneira geral, todo este processo.

Sobre a cidade de Curitiba, situada na região Sul do Brasil e com população aproximada de 1,5 milhão de habitantes (a Região Metropolitana possui cerca de 2,5 milhões de habitantes), não obstante a realidade da urbanização brasileira, criou-se uma imagem de “cidade modelo” na qual ter-se-iam resolvidos os problemas relativos à degradação ambiental e à pobreza e miséria urbana. Esta imagem, criada e veiculada, na perspectiva de um exacerbado citymarketing (GARCIA, 1996 e 1999), culminou com um outro slogan de difusão da referida cidade: “Capital Brasileira de Primeiro Mundo”. Todavia, ao estudar a realidade e o cotidiano da metrópole curitibana, um aspecto apareceu como testemunho de sua condição de cidade com aspectos completamente díspares daquelas observadas no Primeiro Mundo, analisado no presente estudo na perspectiva dos circuitos da economia urbana (SANTOS, 1979 e 1982); trata-se da atividade do “guardador de veículos”.

Em relação aos guardadores de veículos, atividade aqui concebida como pertencente ao setor informal da economia, observa-se, com bastante clareza, a segregação sócio-espacial da cidade subdesenvolvida. Despossuídos, na maior parte dos casos, de uma qualificação profissional que os habilite a desempenhar atividades no mercado de empregos formal, lançam-se em um tipo de trabalho cuja renda lhes possa garantir a sobrevivência. Neste caso os “lugares” escolhidos para o trabalho são as ruas, onde a circulação de automóveis é garantia para a produção e reprodução do capital, seja a serviço da circulação de mercadorias, seja para usuários não freqüentadores usuais destas vias, mas que garantem o mesmo processo. Esta atividade estende-se por todo o centro da cidade e em alguns bairros, locais onde a circulação de veículos e a conseqüente parada momentânea, portanto ocupação transitória de pequenos espaços bem definidos, gera uma noção de valor e a transformação do espaço público em mercadoria.

Surge, então, a formação de novas territorialidades na cidade de Curitiba assim como em outras metrópoles do país, onde a ação dos guardadores de veículos se torna evidente e clara, com o intuito da utilização do espaço público como garantia, mesmo que precária, da reprodução da vida humana. Estas novas territorialidades adquirem formas diferenciadas no espaço pois relaciona-se à definição dos “lugares” ocupados pelos guardadores de veículos e a renda resultante desta atividade. Mapear estas áreas é fundamental para entender o funcionamento e complexidade da atividade em questão.

A mercantilização destes espaços por parte dos “guardadores de veículos”, dentre outros aspectos, explicita os conflitos cotidianos da cidade no contexto de um país subdesenvolvido, e demonstra também que a cidade de Curitiba enfrenta os mesmos problemas sociais que qualquer outra cidade brasileira.

URBANIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE EMPREGO E DESEMPREGO NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS: ASPECTOS DA CIDADE DE CURITIBA /PR

O município de Curitiba teve um crescimento populacional acentuado a partir da década de 70, principalmente provocado pelo intenso processo de êxodo rural ocorrido no Paraná. Um dos motivos principais deste êxodo foi a mecanização do campo que gerou uma concentração fundiária e a proletarianização dos agricultores (ROLIM, 1995:56), que acabou retirando da área rural pequenos agricultores e não-proprietários que sem condições financeiras de arcar com os altos custos de implementação técnica para suas lavouras, foram expulsos para fora de seus domínios. Como conseqüência, houve uma migração para a Grande São Paulo, cidades industriais do interior paulista, para a Amazônia e também Curitiba (LEÃO, 1989:49). “*Estima-se que 1,3 milhão de pessoas deixou o estado na década de setenta, sendo que aproximadamente 700 mil dirigiram-se ao estado de São Paulo e as demais deslocaram-se para outras partes do País, especialmente Amazônia e Mato Grosso do Sul.*” (ROLIM, 1995:57)

¹ Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná - Orientador

² Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná – Mestrando e professor substituto.

Além do êxodo para fora do estado do Paraná, Curitiba e Região Metropolitana acabaram por concentrar o maior contingente de população paranaense oriunda do campo (tabela 1) pois iniciava-se uma concentração industrial na região com a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 1973 e também a Refinaria Getúlio Vargas da Petrobrás, em Araucária, em 1972.

TABELA 1 - População de Curitiba e sua porcentagem em relação a Região Metropolitana e o estado do Paraná

Ano	Curitiba (hab)	Região Metropolitana de Curitiba (hab)	% de Curitiba na Região Metropolitana	Paraná (hab)	% de Curitiba no Paraná	% da Região Metropolitana no Paraná
1940	140.656	261.211	53.85	1.236.276	11.38	21.13
1950	180.575	333.156	54.20	2.115.547	8.54	15.75
1960	361.309	554.692	65.14	4.268.239	8.47	13.00
1970	609.026	869.837	70.02	6.929.868	8.79	12.55
1980	1.024.975	1.492.108	68.69	7.629.392	13.43	19.56
1991	1.315.035	2.055.455	63.98	8.448.713	15.56	23.23
1996	1.476.253	2.401.068	61.48	8.985.981	16.43	26.72

FONTE: IBGE - Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 1996.

Segundo FIRKOWSKI (1997:122)

“O desempenho da Região [Metropolitana de Curitiba] em muito se deveu à supremacia do município de Curitiba e à instalação da CIC (Cidade industrial de Curitiba) em 1973, um distrito industrial concebido no interior do processo de planejamento urbano, através do qual os poderes públicos municipal e estadual, dotaram a referida área com infra-estrutura necessária à atração de grandes capitais”.

Obviamente que sem conhecimento e sem especialização nas atribuições que seriam necessárias à sua sobrevivência na cidade, a população migrante de baixa renda acabaria por se estabelecer nas periferias da cidade e nos municípios vizinhos à capital. Além de se estabelecerem em áreas as quais eram possíveis de se habitar (devido aos custos mais baixos da terra) esta população também sofre com a dificuldade do emprego. Para LEÃO (op.cit:49)

“A migração constitui, na verdade, a face mais dolorosa da modernização agrícola, ocorrendo de forma caótica sem amparo dos governos estadual e federal, isto é, sem uma política de reassentamento dos migrantes e sem políticas de emprego ou habitação para aqueles que se deslocaram para zonas urbanas, no Paraná ou em outros estados”.

Esta concentração da população nos maiores centros urbanos paranaenses, no caso, Curitiba e região metropolitana, concomitante a diminuição da população do campo começa a resultar numa dificuldade de absorção da mão-de-obra existente e em crescimento constante. Por mais que o estado do Paraná iniciasse um processo de industrialização na década de setenta não havia uma política municipal, estadual e federal que garantisse a esta população trabalho e emprego que pudesse amenizar as condições de vida já ruins destes trabalhadores como bem frisou LEÃO (op.cit).

Neste crescimento ininterrupto das grandes cidades nestas três últimas décadas, o município de Curitiba foi um dos que obtiveram maiores índices de crescimento. Segundo SAMEK (1996:63)

“a partir da década de 70, quando registrou uma taxa média de 5,34%, Curitiba vem liderando o crescimento demográfico entre as principais capitais brasileiras. O Censo de 1991 mostrou uma desaceleração no ritmo de crescimento em todas as capitais. Mas, mesmo com uma taxa de 2,29%, Curitiba ficou em segundo lugar entre as sete capitais das regiões Sul e Sudeste, atrás apenas de Florianópolis (SC), com crescimento de 2,83% no período”.

Seria uma precipitação estabelecer uma correlação direta entre aumento populacional e desemprego e/ou subemprego. Mas também não se pode desprezar uma análise nesse sentido pois em se tratando de um país pobre, que invariavelmente concentra suas atividades produtivas, sobretudo industriais nas cidades, há uma possível relação.

No Brasil, este fenômeno de concentração da produção na cidade ocorre a partir da década de quarenta quando o país começa a urbanizar-se e industrializar-se, impulsionado pela Segunda Grande Guerra devido às dificuldades de importação de produtos de consumo, ou seja, um processo atrelado às condições econômicas internacionais. Segundo MATTOSO(1999:9)

“no período após a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945, o país havia se transformado em uma economia urbana, industrial e com elevada criação de empregos formais, capaz de incorporar ao mercado de trabalho urbano parcelas significativas de uma população com elevado crescimento demográfico e com um extraordinário contingente de pessoas expulsas do campo”

De acordo com SANTOS (1993:69) *“É a partir dos anos 50 que se nota mais francamente uma tendência à aglomeração da população e da urbanização”*. A indústria foi, num primeiro momento, uma grande absorvedora de mão-de-obra que se dirigia do campo para a cidade, pois o trabalho necessário à produção estava mais ligado à manufatura, ao trabalho manual que qualquer produção automatizada.

A chegada da população do campo nas cidades em número cada vez maior resultará em um descompasso entre população e possibilidade de emprego, pois a cidade e a indústria não comportam infra-estrutura necessária a este contingente. Para HOFFMANN (1980:33-34)

“Posteriormente [década de 50], quando o ritmo da urbanização se acelerou ainda mais, e ao mesmo tempo se verificou que o setor industrial gerava emprego em volume menor que o esperado, tornou-se visível, nas cidades, o fenômeno do desemprego e do subemprego. O fenômeno não se revelou com a mesma intensidade enquanto a população era predominantemente agrícola”.

Contudo não é possível afirmar que a indústria é a culpada pelo problema do desemprego na cidade, apenas ela não foi capaz de resolvê-lo (op.cit:37). SINGER (1998:41) aprofunda essa discussão quando afirma que

“a economia capitalista não dispõe de mecanismos que asseguram uma proporcionalidade entre o número de pessoas aptas ao trabalho, que os fluxos migratórios trazem à cidade, e o número de lugares de trabalho criados pelas novas atividades implantadas no meio urbano”.

Na concepção deste autor o problema central referente à migração, urbanização, industrialização e emprego está diretamente ligado ao sistema econômico capitalista implantado pelos países, onde a migração é decorrente do processo de mecanização e modernização agrícola que acaba por expulsar a população rural. Esta população se desloca para o meio urbano em busca de trabalho que começa a surgir com a criação de indústrias, mesmo estas sendo a própria expansão do sistema capitalista mundial que, por sua vez, absorverá somente a mão-de-obra necessária para a produção e reprodução do capital.

Quanto maior o grau de tecnologia empregada na indústria, maior o número de desempregados no setor (secundário) da economia, sem com isto dizer que não há possibilidade de emprego nas cidades. O meio urbano é por excelência um espaço de atividades secundárias e terciárias da economia e, portanto, os desempregados da indústria teriam a condição de empregar-se no comércio, nos serviços. Porém, há de se distinguir a transferência de trabalho do setor secundário para o setor terciário da economia entre os países ricos e países pobres.

No primeiro caso a população que troca o trabalho do setor secundário da economia acaba por ser absorvida pelo setor terciário, este completamente dependente da indústria. Os empregados que agora trabalham no comércio e serviços nas cidades têm como vantagem serem especializados, treinados, capacitados para encontrar um mercado pronto a recebê-los e que darão continuidade a aquilo que já praticavam, ou seja, estão aptos para mudar de atividade e aptos para desenvolverem novas funções. Estas requerem aprimoramento profissional, conhecimento do mercado que estes trabalhadores possuem devido às condições que lhes foram proporcionadas ao longo da vida.

Já no segundo caso (países pobres) o processo funciona mal porque, na maioria das vezes, o desempregado da indústria não tem qualificação profissional para trabalhar em outros setores da economia. Por não conseguirem emprego estes trabalhadores, quando podem, acabam por constituir o próprio negócio que via de regra, não dá certo. Noventa por cento dos pequenos negócios que são abertos no Brasil, fecham ou entram em falência em menos de um ano

Os trabalhadores que não têm dinheiro para abrir seus próprios negócios terminam por se sujeitar a qualquer emprego desde que dê condições de sustento a ele e sua família. Este é um dos casos recorrentes no Brasil. Um trabalhador sendo “jogado” para o mercado sem o devido preparo e treinamento e que acaba por ter que se submeter ao subemprego.

Dois importantes pesquisadores na área de economia do Brasil (MATTOSO, 1999; SINGER, 1999) se referem a atividade do subemprego com bastante clareza quando analisam o processo de criação do emprego. Tratam da criação do desemprego e/ou subemprego por serem a consequência do desenvolvimento da produção capitalista que, ao mesmo tempo que cria condições de desenvolvimento econômico, também cria um exército industrial de reserva. Para SINGER (1999:13) *“É melhor falar em exército industrial de reserva do que em “desempregados”, em primeiro lugar para que fique claro o importante papel estabilizador que desempenham”*.

O que os dois autores acima citados descrevem são algumas condições atuais do mundo do trabalho, e tentam esclarecer os problemas da urbanização/industrialização nos países pobres que é denominado tanto de precarização do trabalho (SINGER:1999) e para MATTOSO (1999) precarização das condições³ e relações⁴ de trabalho.

É a partir destas reflexões que o presente trabalho se contextualiza, ou seja, no âmbito da formação de um setor da economia capitalista denominada informal.

A ATIVIDADE DOS “GUARDADORES DE VEÍCULOS” NA CIDADE DE CURITIBA: BREVE CARACTERIZAÇÃO

No município de Curitiba, assim como na maioria dos municípios médios e grandes no Brasil há uma clara espacialização destas atividades, deste setor informal. Parcelas da população estão desprotegidas da ação do Estado, que sem trabalho regulamentado, sem renda fixa etc., se apropriam das ruas da cidade, especialmente onde há grande circulação de automóveis, para dali tirar sua sobrevivência. São os guardadores de veículos, uma profissão regulamentada no Brasil em 1975, mas que não tem nenhuma garantia de funcionalidade, ou seja, é uma profissão discriminada, segregadora social e espacial onde se observa a luta diária de pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho.

Em uma pequena amostra da pesquisa em desenvolvimento foram coletadas algumas informações que irão ser de fundamental importância para realizar o mapeamento da atividade dos guardadores de veículos no centro da cidade de Curitiba, que é o propósito da dissertação de Mestrado. Identificando espaços onde estes trabalhadores atuam assim como suas condições sócio-econômicas será possível compreender como são criados os “territórios” per eles dominados para ter a possibilidade de produzir e reproduzir sua vida cotidiana.

Conforme os dados preliminares coletados em pesquisa de campo, foram observadas algumas situações dos guardadores de automóveis que trabalham no centro da cidade de Curitiba e que dão amostras da situação sócio-econômica que vivem.

Grande parte desta população está na faixa etária de 19 a 50 anos indicando um problema que é muito comum no Brasil. A dificuldade que se tem de entrar no mercado de trabalho em determinadas idades como, por exemplo, os jovens que não têm experiência em um trabalho formal e os mais velhos que sem escolaridade e com profissão de baixa qualificação são expostos a este tipo de serviço por estarem com uma idade já avançada. Quase a totalidade destes trabalhadores é formado por homens pela própria função que exercem, pois os riscos e confrontos que vivem no seu cotidiano talvez seja difícil de ser absorvido pelas mulheres. No contato com os guardadores de veículos ficou claro a disputa por

³ MATTOSO(1999:8) “Precarização das condições de trabalho – Aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito à aposentadoria”

⁴ Precarização das relações de trabalho – processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação da desregulamentação, dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresas ou mesmo unilaterais.

determinados espaços para cuidar dos automóveis, sendo que muitos deles revelaram que sofreram algum tipo de ameaça e até mesmo brigas entre alguns. Chama a atenção o número de solteiros nesta atividade que, no caso, é a maioria. A relação com a idade, provavelmente, explique esta situação onde inclusive quase a metade declarou não ter filhos.

A origem destes trabalhadores está bem dividida conforme a pesquisa. Boa parte são migrantes com motivos da migração variados. Desde o casamento realizado em Curitiba, passando pela doença de familiares e também emprego. Por sinal este é o maior motivo para trabalhar como guardadores de veículos, ou seja, todos eles declararam que o desemprego é a causa da atividade que hoje trabalham. Como não há empregos formais no mercado de trabalho para estes que possuem uma outra profissão (servente, pedreiro, motorista, mecânico, carpinteiro, latoeiro, técnico agrícola, pintor) e que representa a maioria deles, a solução temporária encontrada é o trabalho nas ruas.

Caso sejam chamados a trabalhar nas suas antigas profissões deixariam de atuar nas ruas, porém, a dificuldade que encontram é muito grande devido à idade, escolaridade (a maioria possui o 1º grau completo somente). Isto acarreta também na baixa remuneração que lhes é auferida no final do mês, sendo que boa parte recebe até trezentos reais mesmo que trabalhem mais de 8 horas diárias de segunda-feira a sábado. Quase todos trabalham 12 horas por dia. Com estas remunerações o local de moradia não poderia ser diferente daquela que retira do cidadão um lugar mais adequado para se estabelecer senão fora de Curitiba (Região Metropolitana de Curitiba) ou os que residem em Curitiba, estão nos bairros mais afastados do centro da cidade (Lindóia, Sítio Cercado). Esta remuneração serve apenas para a sobrevivência do dia-dia, onde conseguem pagar aluguel e comida. Questionados sobre lazer, a maioria declarou não ter o mínimo de condições para fazê-lo.

Fica claro, portanto, que o desemprego os leva a ter que buscar soluções imediatas para a sua sobrevivência e que o trabalho informal é a única saída, pois devido às dificuldades de educação, qualificação profissional e um rendimento satisfatório para arcar com as despesas cotidianas são obrigados a enfrentar as dificuldades das ruas para poderem sustentar suas famílias, criando assim, novas territorialidades que explicitam a segregação sócio-espacial.

PARA CONCLUIR

Como acontece na maioria dos países subdesenvolvidos, o fenômeno do êxodo rural é bastante considerável. Primeiro porque a população rural não tem condições de competir com o grande capital que chega ao campo desestabilizando os pequenos proprietários. Segundo, que esta população expulsa do campo se desloca para os centros urbanos na esperança de uma vida mais digna, com trabalho, salário, escola, hospitais. No entanto, devido à sua baixa qualificação profissional os empregos por ela assumida não lhe garante rendimentos suficientes para o sustento da família que, via de regra, se instala no lugares mais inapropriados para sua reprodução.

O sistema capitalista que tem como objetivo principal o acúmulo do capital, continuamente investe em tecnologia, para melhorar, aprimorar sua produção e, conseqüentemente, baixar seus custos e aumentar seus lucros. Nesta lógica há, claramente, uma modificação do processo de produção onde a mão-de-obra é substituída por instrumentos mecanizados havendo, então, uma racionalização da produção e a criação de um contingente de desempregados.

Sem preparo profissional que requer o mínimo de escolaridade, estes trabalhadores acabam por se submeter aos mais variados tipos de trabalho, desde aquele trabalho formal (com carteira de trabalho) mas ganhando muito pouco (circuito inferior), a outros que não lhes dão nenhuma garantia (renda, por exemplo).

Observa-se, então, que nas cidades dos países subdesenvolvidos esses trabalhadores não qualificados profissionalmente necessitam buscar outras formas de sobrevivência. Dentre as mais variadas ocupações encontram-se os guardadores de veículos que se aproveitando do próprio sistema capitalista (produção e consumo de automóveis) se “apropriam” das ruas para tirar dali seu sustento. Neste caso criam novas territorialidades que valoradas se constituem em uma nova forma de participar do mercado de trabalho, mesmo sendo este trabalho denominado setor informal da economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FIRKOWSKI, Olga L.C.F. Industrialização e ação do estado. Considerações sobre a Região Metropolitana de Curitiba. RA'E GA. Departamento de Geografia. UFPR. Ano I. nº 1.
- GARCIA, Fernanda E. S. Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing. Curitiba. Palavra, 1997.
- HOFFMANN, Helga. Desemprego e subemprego no Brasil. 2ª ed. São Paulo. Ática, 1980.
- LEÃO, Igor Z. C. C. O Paraná nos anos setenta. Curitiba. IPARDES, 1989.
- MATTOSO, Jorge. O Brasil desempregado. Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 1999.
- ROLIM, Cassio F. C. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: As dificuldades para a formulação de um projeto político. Revista Paranaense de Desenvolvimento. IPARDES. nº86. Set/nov, 1995.
- SAMEK, Jorge. A Curitiba do Terceiro Milênio. Curitiba. Palavra, 1996.
- SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia Urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro. F. Alves, 1979.
- _____. Espaço e sociedade. Petrópolis. Vozes, 1982.
- _____. A urbanização brasileira. São Paulo. Hucitec, 1993.
- SINGER, Paul. Economia política da urbanização. 14ª ed. São Paulo. Contexto, 1998.
- _____. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 3ª Ed. São Paulo. Contexto, 1999.